COMUNICACIONES
DE LITERATURA

«¿Por qué viniste a los Estados Unidos?» Uma leitura de *Los Niños perdidos* de Valeria Luiselli

Ana Cristina Moura Alves
Doctoranda Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ

Segundo Antônio Cândido, «[A]veriguar como a realidade social se transforma em componente de uma estrutura literária, a ponto dela poder ser estudada em si mesma; e como só o conhecimento desta estrutura permite compreender a função que a obra exerce» (Cândido, 2023, p. 09). No livro Los niños perdidos. Un ensayo en cuarenta preguntas (2016), de Valeria Luiselli, narra através do questionário de quarenta perguntas utilizado na migração dos EUA, as vivências das crianças indocumentadas encontradas na situação de fronteira durante a crise migratória de 2014.

O livro parte de uma situação concreta: o trabalho da autora como intérprete voluntária em processos de solicitação de asilo para crianças migrantes centro-americanas. No entanto, o gesto literário não se limita à documentação ou ao testemunho, mas transforma o questionário oficial aplicado a essas crianças - composto por quarenta perguntas padronizadas - em estrutura ensaística e testemunhal, expondo, assim, o contraste entre a complexidade das trajetórias migrantes e a brutal simplificação institucional imposta por um sistema que busca administrar fluxos e silenciar subjetividades.

Valeria Luiselli é mexicana e reside nos Estados Unidos desde 2008, quando iniciou seu doutorado. Mesmo com uma situação de autorização legal diferente das crianças indocumentadas, ela percebe de maneira diferenciada todo o paradoxo apresentado. Na obra, a narradora vive uma situação testemunhal de não recebimento do visto (*green card*) e, ao recorrer a um advogado para verificar a demora no processo, descobre que ele precisará abandonar o caso devido à crise migratória de 2014, quando havia cerca de 80 mil casos de crianças indocumentadas. Após o anúncio de mudanças na regulamentação do governo, essas crianças deveriam ter seus processos de legalização concluídos.

Era imprescindível que todos os advogados falantes do idioma espanhol auxiliassem nessa demanda, e a narradora se oferece para ajudar nas traduções. Ao iniciar os trâmites, ela tem acesso ao questionário de quarenta perguntas feitas às crianças para determinar quem teria direito à autorização de permanência. A partir disso, a narradora se depara com as histórias que cercam essas crianças que atravessaram a fronteira entre México e EUA. São narrativas confusas, mal contadas e não contadas de crianças que tiveram suas infâncias rompidas. A obra se desenvolve na perspectiva de auxílio além do idioma, através da escuta dessas narrativas

pueris contadas por quem, em vez de serem protegidos, precisam se proteger, mas que ainda não sabem ou não conseguem se expressar adequadamente.

> Mas um procedimento em teoria simples não é necessariamente um processo fácil na prática. As palavras que ouço no tribunal saem de bocas de crianças, bocas sem dentes, lábios rachados, palavras tecidas em narrativas confusas e complexas. As crianças que entrevisto pronunciam palavras reticentes, palavras cheias de desconfiança, palavras fruto do medo soterrado e da humilhação constante. É preciso traduzir essas palavras para outro idioma, transferi-las para frases sucintas, transformá-las em um relato coerente e reescrever tudo isso buscando termos jurídicos claros. O problema é que as histórias das crianças sempre chegam como desordenadas, cheias de interferências, quase gaguejadas. São histórias de vidas tão devastadas e quebradas, que às vezes se torna impossível impor-lhes uma ordem narrativa (Luiselli, p.12, tradução nossa)[1].

De acordo com o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, a palavra «criança», que é derivada do latim «creare». carrega em sua etimologia a noção de ser que está em processo de crescimento e desenvolvimento, ou seja, o resultado de criar. O termo «puerícia», frequentemente utilizado de forma literária para se referir à infância, carrega um significado profundo. No entanto, nem todos preservam esse período, o que coloca esses sujeitos, ainda em formação, em situações de vulnerabilidade, expostos a realidades para as quais não estão prontos, tanto física quanto mentalmente.

Nesse sentido, existe a perda da inocência de uma etapa crucial da vida para o desenvolvimento do ser humano adulto, colocando em risco a sua possibilidade de futuro. Após a «Declaração de Genebra», de 1924, a situação da infância foi repensada na sociedade, que passou a ser observada com maior atenção e rigor, não só pelos pais, mas por todos. A criança começou a ser entendida como uma pessoa em desenvolvimento, com direitos que precisam e devem ser garantidos por lei. Assim, ela se torna um sujeito de direitos, amparada por regras de proteção, inclusive internacionais. No entanto, apesar das leis que salvaguardam os direitos da criança, que são tratadas legalmente desde o nascimento até os 18 anos, ainda existe a exposição a situações que exigem intervenção jurídica e política. Além disso, é fundamental que a sociedade abrace a dignidade e o respeito por essas crianças, independentemente de sua nacionalidade ou das adversidades políticas que enfrentam.

---

[1] Pero un procedimiento en teoría simple no es necesariamente un proceso sencillo en la práctica. Las palabras que escucho en la corte salen de bocas de niños, bocas chimuelas, labios partidos, palabras hiladas en narrativas confusas y complejas. Los niños que entrevisto pronuncian palabras reticentes, palabras llenas de desconfianza, palabras fruto del miedo soterrado y la humillación constante. Hay que traducir esas palabras a otro idioma, trasladarlas a frases sucintas, transformarlas en un relato coherente, y reescribir todo eso buscando términos legales claros. El problema es que las historias de los niños siempre llegan como revueltas, llenas de interferencias, casi tartamudeadas. Son historias de vidas tan devastadas y rotas, que a veces resulta imposible imponerles un orden narrativo (LUISELLI, p.12).

Essa nova perspectiva de compreensão da infância rompeu com antigos parâmetros, e as novas abordagens sendo reconhecidas como um campo legítimo de produção acadêmica: os estudos da infância. Surge, então, a problemática: estudos contemporâneos comprovam a importância da infância como determinante para a fase adulta, respaldada por leis de proteção e pesquisas acadêmicas. No entanto, paradoxalmente, ao tratar de crianças de nacionalidades, raças e cores diferentes e/ou «inferiores», suas vozes se calam.

Segundo o conceito desenvolvido por Michel Foucault, o poder se manifesta na gestão da vida das populações, *História da Sexualidade: A Vontade de Saber* (2010). Esse silêncio sentencia à exclusão e à marginalidade. O biopoder se faz presente, «O poder sobre a vida instala-se como modo de administrar populações...» (Foucault, 2010) toma forma, colocando essas crianças à margem da sociedade e de seus direitos, tornando-as invisíveis.

A partir da obra *Los niños perdidos. Un ensayo en cuarenta preguntas* (2016), de Valeria Luiselli, este trabalho propõe uma análise crítica de sua forma literária e de sua relação com a invisibilização das infâncias migrantes na fronteira entre México e Estados Unidos. Longe de configurar-se como mera denúncia humanitária, o livro articula um gesto simultaneamente ético, político e literário, que interroga as condições de escuta e de legibilidade das vidas precárias no interior do aparato jurídico-migratório norte-americano.

A situação de fronteira expõe contradições profundas: a humanidade, a legalidade e até mesmo a razão da dicotomia que distingue a infância segundo nacionalidade ou raça são colocadas em questão. Los niños perdidos transforma esses incômodos em reflexão literária, ao mesmo tempo em que registra as inquietações internas da narradora diante de sua experiência como intérprete de crianças indocumentadas. Mais do que relatar, Luiselli desarticula os mecanismos que desautorizam sistematicamente certas vozes, escavando as camadas de opacidade que recobrem suas histórias. Sua escrita desafia a lógica institucional que exige coerência narrativa, causalidade linear e domínio da linguagem jurídica como pré-condições para o reconhecimento. Com isso, a obra abre espaço para que aqueles previamente sentenciados possam, enfim, ser escutados em sua complexidade.

A fronteira, nesse contexto, não se reduz a uma linha geográfica ou a um muro físico, mas se configura como operação histórica de triagem e exclusão, anterior à sua materialidade e sustentada por dispositivos linguísticos, administrativos e epistemológicos. A «ilegalidade» atribuída à criança migrante é, antes de tudo, uma construção discursiva, expressão de uma racionalidade de Estado que converte deslocamentos forçados em infrações e vidas em estatísticas.

As vozes que atravessam a obra —das crianças, da autora e de sua própria filha— instauram um campo de tensões. A infância deixa de figurar como categoria homogênea e idealizada e se revela como território de disputa: entre o imaginário protegido da infância hegemônica e a infância exposta à violência da migração.

Ao intercalar essas vozes, Luiselli não apenas representa o indizível, mas problematiza as próprias condições de narrabilidade, desestabilizando o pacto entre linguagem, memória e reconhecimento.

> Às vezes, quando ela adormece novamente, eu olho para ela ou ouço sua respiração. Eu me pergunto se ela sobreviveria nas mãos de coiotes, e o que aconteceria se fosse deixada, sem mais, na fronteira tão impiedosa deste país. O que aconteceria se ela tivesse que atravessar este deserto, sozinha, ou nas mãos de oficiais de imigração? Não sei se, sozinha, atravessando países e fronteiras, conseguiria sobreviver (Luiselli, p. 19, tradução nossa)[2].

Los niños perdidos não é um livro «sobre crianças migrantes», mas um ensaio sobre o fracasso das formas disponíveis para pensar, escutar e acolher essas infâncias. Ao transformar a linguagem burocrática em matéria literária, Luiselli devolve à literatura, através do ensaio como gênero textual, sua capacidade crítica: a de tensionar os discursos instituídos e abrir espaços de dissenso. A obra não propõe soluções, nem reivindica um lugar de autoridade. Seu gesto político consiste em escancarar a disjunção entre o real e suas formas de administração, entre a vida e suas representações autorizadas.

A partir dessa leitura, cada dia mais atual, a linguagem literária não só discute as estratégias narrativas utilizadas por Luiselli, mas também a violência de Estado encarnada na política migratória dos Estados Unidos e os limites das categorias com as quais se pensa a infância, a migração e a própria ideia de fronteira. A literatura, aqui, não é um suplemento ilustrativo da realidade, mas um espaço de crise e reinvenção para pensar o sensível.

> É uma história triste, que nos afeta em um lugar profundo, mas que ao mesmo tempo parece distante, por ser inimaginável: dezenas de milhares de crianças que emigraram sozinhas do México e da América Central foram detidas na fronteira. Não se sabe se serão deportadas. Não se sabe o que vai acontecer com elas. Viajaram sem seus pais, sem suas mães, sem malas ou passaportes. Por que vieram para os Estados Unidos? (Luiselli, P.15, tradução nossa)[3].

É necessário explorar alguns pontos centrais: compreender a criança como sujeito de direito; refletir sobre a escolha do ensaio como gênero literário para dar forma à experiência fronteiriça; investigar as influências históricas que contribuíram para o cenário contemporâneo da migração infantil; e analisar como essas questões atravessam a obra de Valeria Luiselli, aprofundando a ideia de que a literatura pode também ser resistência.

---

[2] A veces, cuando se queda dormida otra vez, volteo a verla o escucho su respiración. Me pregunto si sobreviviría en manos de coyotes, y qué pasaría si fuera depositada, sin más, en la frontera tan despiadada de este país. ¿Qué pasaría si tuviera que cruzar este desierto, ya fuera sola, o en manos de oficiales de migración? No sé si, sola, cruzando países y fronteras, sabría sobrevivir (LUISELLI, p. 19).

[3] Es una historia triste, que nos va afectando en un lugar profundo, pero que a la vez resulta distante, por inimaginable: decenas de miles de niños que emigraron solos desde México y Centroamérica han sido detenidos en la frontera. No se sabe si van a ser deportados. No se sabe qué va a pasar con ellos. Viajaron sin sus padres, sin sus madres, sin maletas ni pasaportes. ¿Por qué vinieron a Estados Unidos? (LUISELLI, p.15)

Analisar de que modo Los niños perdidos, de Valeria Luiselli, desestabiliza, por meio da linguagem literária, os dispositivos institucionais de escuta e representação das infâncias migrantes centro-americanas, articulando de forma crítica a dimensão estética da obra, a política migratória e a ética da escuta.

De acordo com Antônio Cândido (2023), o meio social influencia a arte tanto quanto a arte pode influenciar o meio:

> Neste ponto, surge uma pergunta: qual a influência exercida pelo meio social sobre a obra de arte? Digamos que ela deve ser imediatamente completada por outra: qual a influência exercida pela obra de arte sobre o meio? Assim poderemos chegar mais perto de uma interpretação dialética, superando o caráter mecanicista das que geralmente predominam. (Cândido, 2023, p. 28).

Dentro desse cenário social, a crise migratória de 2014 nos Estados Unidos surge como mote para discutir a importância do papel reflexivo da literatura, que não se limita a ilustrar a realidade, mas produz uma crítica imanente ao discurso migratório contemporâneo e propõe uma intervenção ética capaz de desafiar as fronteiras entre literatura, política e escuta.

Luiselli, escolheu o ensaio como gênero textual, a fim de corroborar sua intencionalidade. Não buscava o panfletário, e sim o reflexivo sobre o fracasso das formas disponíveis para pensar, escutar e acolher essas infâncias, ao transformar a linguagem burocrática do questionário de migração em matéria literária, devolvendo à literatura sua capacidade crítica. Ainda de acordo com Cândido:

> Para o sociólogo moderno, ambas as tendências tiveram a virtude de mostrar que a arte é social nos dois sentidos: depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais. Isto decorre da própria natureza da obra e independe do grau de consciência que possam ter a respeito os artistas e os receptores de arte (Cândido, 2023, p. 29).

Segundo a crítica literária argentina Josefina Ludmer, em seu livro *Aqui América Latina. Una especulación* (2010), a autonomia e a crítica da literatura refletem seu caráter público e intelectual. Ludmer se refere às «literaturas pós-autônomas», que não se contentam com uma leitura puramente estética, mas que buscam intervir no debate público, criando uma relação entre «realidade» e «ficção»: «*realidadficción*».

> Em algumas escrituras do presente que atravessaram a fronteira literária (e que chamamos de posautônomas) pode-se ver nitidamente o processo de perda de autonomia da literatura e as transformações que isso produz (Ludmer, 2010, p.153, tradução nossa)[4].

[4] En algunas escrituras del presente que han atravesado la frontera literaria (y que llamamos posautónomas) puede verse nítidamente el proceso de pérdida de autonomía de la literatura y las transformaciones que

Outro ponto igualmente importante é a questão da ética da escuta. A narradora auxilia na tradução do questionário oficial da imigração, que contém quarenta perguntas para crianças indocumentadas localizadas na fronteira, ajudando-as a obter um desfecho para suas situações. Ela participa das escutas protocolares autorizadas, transformando essas narrativas iniciais em linguagem legal. Dessa forma, desarticula os modos pelos quais essas vozes são desautorizadas e as transforma em material literário.

> Traduções são resultados de complexos processos de escolha, que envolvem desde as possibilidades de interpretação abertas pelos textos-fonte até as possibilidades de construção textual oferecidas pelo sistema da língua-alvo, incluindo, entre outros fatores, as restrições externas colocadas por agentes envolvidos no processo de tradução (De Sousa Alves, 2021, p.1).

A criança não é percebida como sujeito de direito. Estudos cada vez mais atuais reconhecem a infância como fundamental para a formação do adulto, embora as crianças sejam detentoras de leis e direitos. Na obra, a infância não aparece de forma homogênea; há um contraste entre o imaginário protegido da infância, representado pela filha da narradora e garantido por leis, inclusive internacionais, e a infância exposta à violência migratória. Isso expõe a desigualdade e a polifonia presentes na narrativa.

Apresentando mecanismos de controle de corpos na fronteira, a «necropolítica», conforme o conceito filosófico de Achille Mbembe, refere-se ao uso do poder social e político para determinar quem pode viver e quem deve morrer. Essa ideia é exposta na obra, contribuindo para uma análise mais dialética das estratégias discursivas que a narradora emprega para denunciar os maus-tratos às crianças.

> [A] expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é. exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder. (Mbembe, 2016, p. 123)

A «Convenção de Genebra» afirma que migrar é uma condição humana e não um crime, enfatizando que o termo «ilegal» não é adequado nesse contexto. As crianças em situação de fronteira não devem ser consideradas ilegais ao cruzar um território, mas sim indocumentadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade desta pesquisa é contribuir para a compreensão do fenômeno investigado no livro, *Los niños perdidos*. Un ensayo en cuarenta preguntas, de Valeria Luiselli, em que a linguagem literária através do ensaio ficcional como gênero textual, com característica testemunhal funciona como uma crítica ao discurso

produce (Ludmer, 2010, p.153).

de política migratória contemporânea dos EUA. A partir de uma articulação entre forma literária, política migratória e ética da escuta desestabiliza os dispositivos institucionais de escuta e representação das infâncias migrantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agamben, Giorgio. (2005). *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: UFMG.

(2005B). *O que é um dispositivo? Outra travessia*, n. 5, p. 9-16, 2005.

Ariès, Philippe. (1981). *História social da criança e da família*. Libros tecnicos e cientificos editora.

Bakhtin, Mikhail Mikhailovich. (2006). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Hucitec, 1981.

Butler, Judith Autora et al. (2010). *Vida precaria: el poder del duelo y la violencia*. Cadencia Editora.

Candido, Antonio. (2023). *Literatura e sociedade*. Todavia.

Cunha, Antônio Geraldo da. (2010). Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. 4. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Lexikon. ISBN: 9788586368899.

De Sousa Alves, Daniel Antonio. (2021). Tradução e ética. Revista Linguagem & Ensino, v. 24, n. 1, p. 1-12.

Deleuze, Gilles et al. (1996). *O que é um dispositivo. O mistério de Ariana*, v. 3, p. 80-85,

Derrida, Jacques y Santos, Olívia Niemeyer. (2000). «O que é uma tradução "relevante"?». En *Revista de Linguística*. Alfa.

Diniz, Francisco Rômulo Alves y Oliveira, Almeida Alves de. (2013). «Foucault: do poder disciplinar ao biopoder». En *Scientia*, v. 2, n. 3, p. 01-217.

Foucault, Michel. (2004). «Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade». verve. revista semestral autogestionária do Nu-Sol., n. 5.

(2008). *Seguridad, territorio, población*. Ediciones Akal.

(2010). *História da sexualidade: A vontade de saber* (Vol. 1). São Paulo: Edições Graal (originalmente publicado em 1976).

Gonçalves, Gisele. (2016). *A criança como sujeito de direitos: limites e possibilidades*. Reunião UFPR-Curitiba.

Google. Google Tradutor. Disponível em: <https://translate.google.com.br>. Acesso em: 23 ago. 2025.

Jacques, Rancière et al. (1996). *El desacuerdo. Política y filosofía*. Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires.

Ludmer, Josefina. (2020). *Aquí América latina: una especulación*. Canopus Editorial Digital SA.

Luiselli, Valeria. (2016). Los niños perdidos: (un ensayo en cuarenta preguntas). Sexto Piso,

(2019). Arquivo das crianças perdidas.

Mbembe, Achille. (2016). *Necropolítica. Arte & ensaios*, n. 32, p. 122-151.

(2021). *Necropolítica*. n-1 edições.
Rodrigues, Cristina Carneiro. (2000). *Tradução: a questão da equivalência*.
Rosário, Lívia Verena Cunha. (2021). «Infâncias deslocadas: controles de corpos e fronteiras em Arquivos das crianças perdidas». *A Cor das Letras*, v. 22, n. Esp., p. 65-81.